

PELA “REFUNDAÇÃO” DO LEGISLATIVO

Chico Whitaker

O quadro eleitoral ganhando seu perfil definitivo, as campanhas para Presidente da República e para Governadores vão se intensificar. Logo mais elas tomarão as ruas e as televisões. As posições dos eleitores começarão a se consolidar. Uns querendo reeleger quem está no poder, outros pretendendo derrubá-los, outros dispostos a votar nulo para demonstrar sua insatisfação e desânimo. Terminada a Copa, o assunto vai ser só esse. O mais votado será eleito, e pronto. Não tem saída. Com ou sem entusiasmo, nós os teremos por quatro anos.

Vamos eleger também Deputados Federais, Estaduais e Senadores. Nestas eleições, no entanto, é provável que o desejo de votar nulo seja maior. Os candidatos vão pintar muros, espalhar cartazes, tentar nos convencer de que merecem nossa confiança, nos ridículos minutos de TV que lhes caberão. Mas o Congresso está desacreditado e por tabela as Assembléias Estaduais. Muito pouca gente acredita que é possível ter um Congresso diferente do que se tem visto. Sem “sanguessugas”, “mensalões” ou “caixa dois”, sem “pizzas”, com os que errarem sendo realmente punidos. Ora, como a sociedade não chegará a se entusiasmar na eleição de seus representantes no Legislativo, para que se dar ao trabalho de escolher entre tantos candidatos que se apresentarão?

Numa democracia, no entanto, o Legislativo é o único poder que representa toda a sociedade. Por isso legisla para todo o Governo e todos os cidadãos. Presidente e Governador dele dependem inteiramente. Não podem tomar nenhuma iniciativa que não seja autorizada por lei, que é o Legislativo que faz. É a tal de “governabilidade”. E lhe cabe também fiscalizar o Executivo. Não é por outra razão que procuram sempre “comprá-lo”. Nós também dependemos dele, porque dele saem as leis que precisamos respeitar e que asseguram nossos direitos. E é com ele que teremos que contar se o Presidente ou o Governador nos decepcionar.

O problema é que a importância dessa eleição – que deveria ser a principal - é encoberta pelas campanhas para os Executivos. E a tendência, na democracia brasileira, é deixá-la acontecer. Mas dar atenção somente ao voto para Presidente e Governador, e reagir à vergonha que vimos no Congresso votando nulo para Deputados e Senadores, é uma opção que termina sendo prejudicial a todos. Não dá para se desinteressar da composição do Legislativo. É preciso assegurar que o Legislativo cumpra as funções fundamentais que tem. É preciso que seja composto de “representantes” à altura da importância que tem esse Poder.

O mínimo a fazer é não deixar que sejam reeleitos os que já mostraram o que são. Mas é preciso muito mais. É preciso eleger o máximo possível de gente disposta a praticamente “refundar” o Legislativo.

O presente texto apresenta uma proposta de ação com esse objetivo, dirigida a cidadãos e candidatos.

Reforma política?

Uma ação renovadora através de leis moralizadoras da atividade dos políticos, punindo com rigor quem abuse do poder ou faça falcaturas, têm sido alguns dos objetivos da reforma política de que tanto se fala a tanto tempo e de que tanto precisamos. Mas ela nos joga numa armadilha.

Quem teria que discutir e aprovar essas leis são os mesmos cuja ação queremos moralizar... Ou seja, os integrantes desse Poder Legislativo que hoje nos escandaliza... Leis que criem novas regras ou reprimam os infratores com eficácia vão sempre ferir muitos interesses consolidados, e mais ainda interesses espúrios. Já se viu como, em 2005, apesar de toda a indignação popular com o Congresso, este conseguiu introduzir apenas pequenas mudanças cosméticas na legislação eleitoral.

Pressionar para conseguir essas mudanças? A eficácia é também limitada. A ação cidadã com esses objetivos teria que ter continuidade. Mas quem se encontra dentro do “mundo da política” pode dedicar todo o seu tempo para resistir e impõe seu ritmo e sua agenda à participação da sociedade. Ele é mesmo remunerado para fazê-lo. O cidadão comum tem outras obrigações no seu cotidiano – inclusive para “ganhar a vida”. Manifestações de rua podem até “derrubar” leis e dirigentes políticos. Mas a “pressão popular” acaba sendo possível somente com duração limitada, pontualmente, em torno de interesses específicos. A ampla “reforma política” necessária no Brasil de hoje está fora do alcance da ação cidadã.

Alem disso, se por milagre conseguirmos que se aprovelem as leis necessárias, com punições mais severas, elas sempre deixarão brechas. E num país como o nosso, em que prevalece a cultura do “levar vantagem” e do orgulho da esperteza, há uma infinidade de agentes privados e mesmo públicos que têm uma extrema competência para encontrar e usar essas brechas. A falta de escrúpulos fará com que sempre se encontrem novos meios de burlar as novas regras. Por outro lado, pelo princípio constitucional da separação dos Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário - nenhum deles pode interferir na vida do outro. E o controle interno às instituições políticas é lento, quando chega a funcionar e a superar o espírito de corpo.

Mudando a lógica

A única saída possível parece ser a de mudar a lógica. O único caminho parece ser o de criar uma dinâmica de renovação que venha de dentro para fora do Legislativo. Elegendo gente para a qual o respeito a princípios éticos não se reduza a uma simples tática eleitoral, e a mudança desse Poder seja um compromisso pessoal, sem precisar de nenhuma pressão externa. Um imperativo ético que cada candidato assuma antes de ser eleito.

A “refundação” do Legislativo só será efetivamente possível se ele for composto de uma maioria de parlamentares dispostos a viver uma profunda renovação das motivações e práticas dos que se dispõem a exercer mandatos políticos. Se essa renovação ocorrer ela será também uma mudança estratégica, porque influenciará todos os demais Poderes, na construção de uma cultura de responsabilidade ética no mundo da política. Um tal processo poderá alcançar até os partidos políticos, tão necessitados que estão de uma renovação igualmente profunda no seu modo de funcionar. E, pelo exemplo que vem de cima, a própria sociedade.

Caberá no entanto aos eleitores eleger esses parlamentares. Como fazer com que possam identificá-los, entre os milhares de candidatos?

Um “Selo de responsabilidade ética”

A proposta é a de que se crie, para isso, um “selo de responsabilidade ética”, que indique que candidatos, de quaisquer partidos, estão dispostos a atuar como o devem os representantes populares numa real democracia. Uma Carta-compromisso, com itens exigentes, para que as mudanças sejam consistentes, especificaria um certo número de comportamentos que deles se esperaria, enquanto parlamentares, para iniciar esse processo de renovação. Quem a assinasse receberia o selo para merecer nosso voto – o que pode até levar os candidatos a considerar que a ética talvez valha a pena...

É óbvio que, no descrédito que existe hoje, muita gente dirá imediatamente: todos assinarão... De fato, quem garantirá que eles cumpram esse compromisso?

A saída para esse impasse teria que ser também “de dentro para fora”. Ou seja, parafraseando Fernando Pessoa, “a ética vale a pena se a alma não for pequena”... Os parlamentares realmente dispostos a “refundar” o Legislativo teriam que se unir dentro do Parlamento, em alianças supra-partidárias públicas e explícitas, que assegurassem tanto um apoio mútuo como um controle que toda a sociedade acompanhasse. Caso contrário eles se reduzirão a “Quixotes”, imediatamente isolados pelos demais, sem a força necessária para construir a nova cultura política de que estamos necessitando no Brasil.

As organizações e cidadãos que considerarem possível a realização desta proposta teriam que elaborar a Carta-compromisso, apresentá-la em seguida aos candidatos e divulgar, através de suas publicações, sites, etc., os nomes daqueles que a ela aderissem, ganhando portanto o “selo da responsabilidade ética”. No atual desânimo com o Legislativo, este processo poderia reavivar a esperança de que a democracia representativa possa funcionar melhor, com capacidade inclusive para estimular o crescimento e a eficácia dos mecanismos de controle social e democracia direta necessários para ela sobreviva.

A título de exemplo, alinho abaixo alguns itens que poderiam ser propostos para essa Carta – para cuja elaboração seriam bem-vindos os candidatos, que sabemos que existem, dispostos previamente a participar desse esforço:

1. Para combater a "profissionalização" da atividade política eletiva, que a transforma em carreira ou meio de vida e desvirtua a “representação”:
 - não se candidatar a cargos no Legislativo por mais de dois mandatos consecutivos ou três intermitentes;
 - não interromper mandatos para se candidatar a Legislativos em outros níveis ou para exercer funções em Executivos a qualquer nível.

2. para estimular uma relação direta permanente entre representantes e representados:
 - manter seus eleitores sistematicamente informados de sua própria atuação e das decisões em curso ou tomadas no Legislativo de que faça parte;
 - propor o máximo possível de consultas plebiscitárias e referendárias sobre temas relevantes;
 - tornar públicos todos os seus votos e lutar para o fim do voto secreto nos parlamentos.

- 3 - para combater o clientelismo e o uso da máquina e dos recursos públicos para fins eleitorais e garantir sua independência em relação ao Executivo:

- recusar-se a apresentar “emendas parlamentares” aos orçamentos e lutar para sua abolição;

- recusar-se a práticas de obtenção de verbas e ações do Executivo para a realização de obras e prestações de serviços nas áreas cujos eleitores represente, ou para o atendimento de necessidades de setores sociais que o tenham elegido.

4 - Para combater a corrupção, desde o processo eleitoral:

- recusar-se a toda e qualquer prática de compra de votos ou de uso da máquina administrativa com o fim de ser eleito;

- denunciar à Mesa do respectivo Legislativo toda prática de corrupção de que tenha conhecimento e de que disponha de indícios suficientes e, no caso de não ser tomada nenhuma medida pela Mesa, apresentar a denúncia ao Ministério Público estadual ou federal;

- ater-se estritamente, na respectiva campanha eleitoral, aos tetos de despesas e formas de contribuição estabelecidos em lei ou em normas da Justiça Eleitoral, assim como manter um sistema contínuo de prestação de contas;

- tornar públicas todas as doações que receber para o financiamento de sua campanha eleitoral;

- recusar-se a servir de despachante ou intermediário de interessados junto ao Executivo em qualquer nível;

- não nomear parentes para cargos de confiança em seus respectivos gabinetes.

5 - Para fortalecer os partidos como instrumento de proposição de programas:

- nunca mudar de partido no curso do mandato para o qual foi eleito.

FWF 260606